

Simulado Enem Prof. Tércio Carvalho

Proposta de Produção

Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto **dissertativo-argumentativo** em norma padrão da língua portuguesa sobre o projeto **Escola sem Partido, posicionando-se politicamente sobre ele**. Apresente proposta de intervenção social acerca de suas ideias sobre como devem se estabelecer os debates ideológicos nos espaços de educação, zelando pelo respeito aos direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

INFOENEM – 28/07/2016

O projeto Escola Sem Partido é coordenado pelo advogado Miguel Nagib e, no Congresso Nacional, tramita como o PLS 193/2016, com a autoria do Senador Magno Malta. Na sua página oficial na internet, o projeto afirma que a preocupação de pais e alunos é com “*o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior*” com a motivação de transmitir aos estudantes uma “*visão crítica*”, com aspas mesmo.

Deste modo, em seu texto original (que pode ser lido na página e-Cidadania do Senado Federal, na qual, inclusive, está aberta uma consulta pública sobre o projeto), o Escola Sem Partido prega uma “*neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado*” e um “*pluralismo de ideias no ambiente acadêmico*”, além de uma “*liberdade de consciência e de crença*”, pois se deve reconhecer a “*vulnerabilidade do educando como parte mais fraca na relação de aprendizado*”, sendo que os pais têm o direito de decidir qual educação moral e religiosa os seus filhos devem receber.

Na parágrafo único, o projeto de lei propõe que:

O Poder Público não se imiscuirá [intrrometerá] na opção sexual dos alunos nem permitirá qualquer prática capaz de comprometer, precipitar ou direcionar o natural amadurecimento e desenvolvimento de sua personalidade, em harmonia com a respectiva identidade biológica de sexo, sendo vedada, especialmente, a aplicação dos postulados da teoria ou ideologia de gênero.

Pensamos que este parágrafo único relaciona-se à também recente discussão sobre a escola dever e poder ou não abordar questões de gêneros (heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade, transexualidade dentre outras denominações), o que certas pessoas chamam de “ideologia de gênero”, como o texto original do projeto de lei. Além disso, o Escola Sem Partido coloca como regra a fixação de cartazes, nas salas de aula e nas salas dos professores, com as regras que os docentes devem seguir, como podemos ver na imagem a seguir.

Deveres do professor

1

O professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias.

2

O Professor não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas.

3

O Professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.

4

Ao tratar de questões políticas, sócio-culturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa - isto é, com a mesma profundidade e seriedade -, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito.

5

O Professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.

6

O Professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de terceiros, dentro da sala de aula.

www.programaescolasempartido.org

Em sua página oficial e no perfil do *Facebook*, há depoimentos de “casos de doutrinação” e/ou de “militância político-partidária” em escolas e universidades, relatando casos em que os professores faziam uma verdadeira propaganda política em sala de aula. Para o Escola Sem Partido, Paulo Freire, um dos maiores intelectuais brasileiros, é a face do marxismo no Brasil.

Não só as aulas são abordadas pelo projeto; livros didáticos também são alvo da sua abordagem, já que, para seus autores, os livros de humanas, especialmente os de História, estão repletos de ideologias de esquerda e de base comunista. Vestibulares e o Enem também são citados pelo Escola Sem Partido que, inclusive, requereu à Procuradoria da República no Distrito Federal que promovesse a responsabilização do Presidente do Inep por crime de abuso de autoridade e ato de improbidade administrativa, em razão de ilegalidades contidas no edital do Enem de 2015. Segundo Nagib, “ninguém pode ser obrigado a dizer o que não pensa para poder entrar numa universidade. (...) Por ser inviolável, a liberdade de consciência e de crença não permite que os direitos humanos sejam transformados em ‘religião’ do Estado laico e os indivíduos obrigados a professá-la, contra suas próprias convicções, para poder usufruir dos seus direitos.”

O texto não é claro, mas inferimos que tal processo se deu pelo tema da redação do Enem 2015 – **A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira** – e pela questão que trouxe a filósofa francesa Simone de Beauvoir.

Já as pessoas contrárias ao Escola Sem Partido não acreditam que a neutralidade almejada pelo projeto exista, não só na escola, mas em todas as esferas da sociedade. Colocar-se como neutro sobre determinado assunto já é uma posição ideológica, pois a palavra carrega, em seu significado, ideologia. Aliás, o termo “ideologia” é muito utilizado no discurso do Escola Sem Partido como algo ruim, mas segundo o *Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, ideologia significa “sistema de ideias (crenças, tradições, princípios e mitos) interdependentes, sustentadas por um grupo social de qualquer natureza ou dimensão, as quais refletem, racionalizam e defendem os próprios interesses e compromissos institucionais, sejam estes morais, religiosos, políticos ou econômicos.”

Como a esmagadora maioria de nós temos nossos próprios interesses e compromissos morais, religiosos (mesmos os que não acreditam ou seguem nenhuma religião), políticos e econômicos, somos seres ideológicos por natureza. Além disso, não há nenhuma pesquisa científica, que abarque todo o Brasil, sobre

uma possível doutrinação em massa nas escolas brasileiras. Segundo professores e especialistas contrários ao projeto, os casos e os depoimentos citados por ele não são representativos.

Outra falácia seria os alunos serem “audiência cativa” e o “elo mais fraco” numa sala de aula, pois docentes cada vez mais relatam, inclusive, dificuldade em manter a atenção e o foco das turmas que, aliás, estão cada vez mais ativas e reflexivas, buscando debater não só o conteúdo das aulas, como também assuntos atuais. Em relação à “ideologia de gêneros”, não se trata de uma ideologia, mas de um fato: há novas demonstrações de sexualidade, de representação e arranjos familiares na atualidade e o caminho apontado pela **Unesco** é justamente o debate e a discussão destes temas.

É quase unânime entre os professores de que escola não é lugar para catequizar ou doutrinar o aluno, já que se corre tal risco, mas, do modo como o projeto se coloca, ele criminaliza o professor que abordar qualquer assunto, já que qualquer e todo assunto tem uma base ideológica.